

STVD Holdings S.A.

CNPJ 60.688.256/0001-65
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da STVD Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2013	2012		2013	2012
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	1.575.628	1.472.401	CIRCULANTE	9.587	30.021
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	84.449	583.004	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12f)	8.504	29.131
Ativos Financeiros Disponíveis para Negociação (Nota 6)	1.448.970	862.538	Dividendos a Pagar (Nota 8c)	928	731
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 7)	41.380	17.830	Outras Obrigações	155	159
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12e)	548	8.803	NÃO CIRCULANTE	12.624	5.629
Créditos Tributários (Nota 12c)	281	226	Provisão para Impostos e Contribuições	12.624	5.629
NÃO CIRCULANTE	758	1.137	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.554.175	1.437.888
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	758	1.137	Capital Social:		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12e)	-	488	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	917.988	912.000
Créditos Tributários (Nota 12c)	577	468	Reservas de Lucros (Nota 8b)	611.682	514.960
Depósitos Judiciais	181	181	Ajuste de Avaliação Patrimonial	24.505	10.928
TOTAL	1.576.386	1.473.538	TOTAL	1.576.386	1.473.538

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais				
	2013	2012		Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados	Lucros
				Legal	Estatutária	Abraçantes	Acumulados
RECEITAS OPERACIONAIS	148.500	120.234	Eventos				
Receitas Financeiras (Nota 9)	117.245	118.976	Saldos em 31.12.2011	912.000	24.417	414.343	7.398
Receitas na Venda de Investimentos (Nota 9)	30.247	-	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	76.931
Dividendos de Investimentos	994	542	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	3.530	-
Outras Receitas Operacionais	14	716	Lucro Abraçante	-	-	-	80.461
DESPESAS OPERACIONAIS	2.590	3.038	Destinações: - Reservas	-	3.847	72.353	(76.200)
Despesas Tributárias	18	572	- Dividendos Propostos	-	-	-	(731)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	2.555	467	Saldos em 31.12.2012	912.000	28.264	486.696	10.928
Despesas Financeiras	17	1999	Aumento do Capital Social por Subscrição	5.988	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	145.910	117.196	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	97.650
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(48.260)	(40.265)	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	13.577	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	97.650	76.931	Lucro Abraçante	-	-	-	111.227
Número de Ações	9.491.078.345	9.452.677.718	Destinações: - Reservas	-	4.882	91.840	(96.722)
Lucro Líquido Básico e Diluído por Lote de mil ações em R\$	10,29	8,14	- Dividendos Propostos	-	-	-	(928)
			Saldos em 31.12.2013	917.988	33.146	578.536	24.505

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2013	2012	Descrição	2013	%	2012	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	31.255	21,4	1.258	1,1
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	145.910	117.196	1.1) Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	30.247	20,7	-	-
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(30.203)	1.493	1.2) Outras Receitas	1.008	0,7	1.258	1,1
Resultado na Venda de Investimento	(30.203)	-	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.038)	(1,5)	(2.424)	(2,0)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos de Investimento Avaliado ao Custo	-	(158)	2.1) Editais e Publicações	(99)	(0,1)	(104)	(0,1)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-	1.652	2.2) Serviços de Terceiros	(370)	(0,3)	(15)	-
Lucro Líquido Ajustado	115.707	118.689	2.3) Patrocínios	(1.464)	(1,0)	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Negociação	(608.035)	(64.535)	2.4) Despesas Financeiras	(17)	-	(1.999)	(1,7)
Redução/(Aumento) em Valor Justo por Meio do Resultado	33.213	36.173	2.5) Outros	(87)	(0,1)	(306)	(0,3)
Redução em Outros Ativos	6.833	(2.894)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	29.218	19,9	(1.166)	(1,0)
Redução em Outras Obrigações	(11)	(8.001)	4 - RETENÇÕES	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(36.364)	(534)	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (2-3)	29.218	19,9	(1.166)	(1,0)
Imposto de Renda e Contribuição Social Compensados	(9.167)	(23.284)	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	117.245	80,1	118.976	101,0
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(497.824)	55.614	6.1) Receitas Financeiras	117.245	80,1	118.976	101,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	146.463	100,0	117.810	100,0
Dividendos/JCP Recebidos, Líquido dos Impostos	-	158	8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	146.462	100,0	117.810	100,0
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	-	158	8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	48.812	33,3	40.879	34,7
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			Federais	48.812	33,3	40.609	34,5
Dividendos Pagos	(731)	(928)	Estatuais	-	-	270	0,3
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(731)	(928)	8.2) Remuneração de Capitais Próprios	97.650	66,7	76.931	65,3
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(498.555)	54.845	Dividendos	928	0,6	731	0,6
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	583.004	528.159	Lucros Retidos	96.722	66,1	76.200	64,7
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	84.449	583.004					
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(498.555)	54.845					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A STVD Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo: a administração de bens, direitos e rendas próprias, não prestando serviços dessa espécie a terceiros; a compra, venda e locação de bens móveis, imóveis e semoventes; a mediação de negócios; a participação em outras Sociedades, como cotista e o acionista; a promoção e realização de projetos e empreendimentos, inclusive mediante aplicação de capital, por conta própria, no interesse da Sociedade. A STVD Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentado na Nota 4.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro, conforme apresentado na Nota 5.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Mensurados a valor justo por meio do resultado

a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Fiscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Não houve registro ou divulgação sobre provisões, ativos contingentes e passivos contingentes.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.11) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.639/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 12.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, está demonstrada na Nota 12d - Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A	2
EVEREST LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	9
STVD HOLDINGS S.A.	5
SUL FINANCEIRA S/A C/REDA. FIN. E INV.	7



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Empresarial 2

STVD Holdings S.A.
CNPJ 60.688.256/0001-65
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP

Gestão, Elaboração e
Emissão de
Relatório de Auditoria
Econômica, Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Empresarial
ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	9	7
Fundos de investimentos financeiros (2).....	84.440	582.997
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	84.449	583.004

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivo a integrante da Organização Bradesco.

6) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Debêntures Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (1).....	34.767	68.959
Debêntures BRAM14 (2).....	577.905	-
LF - Letras Financeiras (3).....	836.298	793.579
Total de ativos financeiros registrado pelo valor justo por meio do resultado.....	1.448.970	862.538

(1) Refere-se a debêntures emitidas pela Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, com vencimento em 05.08.2014, sendo remunerada por 100% DI;
(2) Refere-se a operações compromissadas com lastros em Debêntures, sendo remunerada por 100% DI, com vencimento em 14.12.2015; e
(3) Representado por Letras Financeiras, com vencimento em 14.12.2015, sendo remunerada por 104% DI.

7) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ações de emissão da BM&FBovespa (1).....	41.380	17.830
Total de ativos financeiros disponíveis para venda.....	41.380	17.830

(1) Valor do Investimento: R\$ 4.250, Quantidade de Ações: 3.741.400, Tipo: Ordinária, Valor Unitário: R\$ 1,136107 cada ação, ajustado ao valor de mercado e a marcação das ações foi efetuada com base na cotação do pregão de fechamento do último dia útil do mês de dezembro.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias.....	9.491.078.345	9.452.677.718
Total.....	9.491.078.345	9.452.677.718

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25.9.2013, deliberou-se Aumento de Capital Social no valor de R\$ 5.988, elevando-o de R\$ 912.000 para R\$ 917.988, mediante a emissão de 38.400.627 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, com integralização à vista, no ato da subscrição, ao preço de R\$ 0,15592850 por ação, subscritas e integralizadas pelo Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, mediante a conferência de bens de sua propriedade, representados por 5.117.851 ações de emissão da BMF&Bovespa S.A.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Reservas de lucros.....	611.682	514.960
- Reserva legal (1).....	33.146	28.264
- Reserva estatutária (2).....	578.536	486.696

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios
Pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria que, o mínimo obrigatório do exercício, de 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da Lei societária.
A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		%	Em 31 de dezembro		%
	2013	2012		2013	2012	
Lucro líquido do exercício.....	97.650	76.931	(1)	76.931	(1)	
Reserva legal.....	(4.882)	(3.847)	-	(3.847)	-	
Base de cálculo.....	92.768	73.084	-	73.084	-	
Dividendos mínimos obrigatórios.....	928	731	-	731	-	
Total dos dividendos.....	928	731	1,0	731	1,0	

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Receita de vendas de investimentos (1).....	30.247	-
Rendimento de ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.....	42.903	8.997
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros.....	9.569	45.157
Rendimento de letras financeiras (LF).....	64.740	64.535
Outros.....	33	287
Total.....	147.492	118.976

(1) Lucro apurado na venda de 2.650.000 ações ON de emissão do BM&FBovespa.

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ediais e publicações.....	98	104
Serviços de terceiros.....	370	15
Doações/Patrocínios.....	1.464	-
Contribuição sindical patronal.....	47	42
Outras.....	576	306
Total.....	2.555	467

11) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	(passivo)	(despesas)	(passivo)	(despesas)
Banco Bradesco S.A.	9	-	7	-
Aplicações financeiras letras financeiras:				
Banco Bradesco S.A. (1).....	836.298	64.740	793.579	64.535
Aplicações financeiras com lastro em debêntures:				
Banco Bradesco S.A. (1).....	577.905	42.903	-	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio a pagar:				
Japira Holdings S.A.	(906)	-	(717)	-
Banco Bradesco S.A.	(3)	-	(2)	-
Banco Alvorada S.A.	(5)	-	(4)	-
Bradesco S.A. CTVM S.A.	(11)	-	(6)	-
Banco Bradesco BBI S.A.	(3)	-	(2)	-

(1) Vide Nota 6.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	145.910	117.196
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(48.609)	(39.846)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões líquidas de receitas não tributáveis.....	(139)	336
Outros (Incentivos fiscais e efeito do adicional de IR 10%).....	1.488	754
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(48.260)	(40.265)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Impostos diferidos:		
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias.....	-	164
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social.....	-	(340)
Subtotal.....	-	(340)
Impostos corrente:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(48.424)	(39.928)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(48.260)	(40.265)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro	
	2012	2013
Provisão para perda de títulos e investimentos.....	664	166
Outras provisões.....	30	28
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	694	194
Total dos créditos tributários.....	694	194

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014.....	74	207	281
2015.....	76	210	286
2016.....	76	210	286
2017.....	1	4	5
Total.....	227	631	858

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 812 (2012 - R\$ 664).

e) Tributos a compensar ou recuperar
Referem-se a impostos de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda de exercícios anteriores, no montante de R\$ 548 (2012 - R\$ 9.291).

f) Impostos e contribuições a recolher
Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 8.504 (2012 - R\$ 29.131), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 7.427 (2012 - R\$ 28.984) e Contribuição Social de R\$ 1.077 (2012 - R\$ 147).

g) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, possuindo atualmente processos fiscais de compensação de prejuízos.

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.
b) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A STVD Holdings S.A. aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

c) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA
Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
STVD Holdings S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da STVD Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STVD Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de fevereiro de 2014

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

io e-negocios publicos

Divulgação das licitações de todos os negócios públicos realizados no Estado, disponíveis gratuitamente para pesquisa.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação
www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

continuação

STVD Holdings S.A.

CNPJ 60.688.256/0001-65
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais									
10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS									
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro		c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos				
	2013	2012	2012	2012	2012	Constituição	Realização	Em 31 de dezembro	
Ediais e publicações.....	86	104			664	166	-	830	
Serviços de terceiros.....	370	15			30	28	30	28	
Doações/Patrocínios.....	1.464	47			694	194	30	858	
Contribuição sindical patronal.....	47	42			694	194	30	858	
Outras.....	576	306			694	194	30	858	
Total.....	2.555	467							
11) PARTES RELACIONADAS									
a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:									
	2013		Em 31 de dezembro		2014				
	Ativo	Recargas	Ativo	Recargas					
	(passivo)	(despesas)	(passivo)	(despesas)					
Caixa e equivalentes de caixa.....									
Banco Bradesco S.A.....	9	-	7	-					
Aplicações financeiras lettras financeiras.....									
Banco Bradesco S.A. (1).....	836.298	64.740	793.579	64.535					
Aplicações financeiras com lastro em debêntures:									
Banco Bradesco S.A. (1).....	577.905	42.903	-	-					
Dividendos/Juros sobre capital próprio a pagar:									
Alpina Holdings S.A.....	(906)	-	(717)	-					
Banco Bradesco S.A.....	(9)	-	(2)	-					
Banco Alvorada S.A.....	(5)	-	(4)	-					
Bradesco S.A. CVLII S.A.....	(11)	-	(8)	-					
Banco Bradesco BBI S.A.....	(3)	-	(2)	-					
(1) Vide Nota 6.									
12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social									
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro						
	2013	2012	2012	2012					
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	145.910	117.196	145.910	117.196					
Excesso total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(49.009)	(39.846)	(49.009)	(39.846)					
Resultado das adições e exclusões no cálculo dos tributos:									
Despesas e provisões líquidas de receitas não tributáveis.....	(139)	336	(139)	336					
Outros (incentivos fiscais e efeito do adicional de IR 10%).....	1.488	754	1.488	754					
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(48.260)	(40.265)	(48.260)	(40.265)					
b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social									
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro						
	2013	2012	2012	2012					
Impostos diferidos:									
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias.....	164	3	164	3					
Utilização de saldos iniciais de:									
Base negativa de contribuição social.....	-	(340)	-	(340)					
Subtotal.....	-	(340)	-	(340)					
Impostos corrente:									
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(48.424)	(39.528)	(48.424)	(39.528)					
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(48.260)	(40.265)	(48.260)	(40.265)					
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS									
Aos Administradores e Acionistas da									
STVD Holdings S.A.									
Osasco - SP									
Examinamos as demonstrações contábeis da STVD Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.									
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis									
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas informações que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.									
Responsabilidade dos auditores independentes									
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.									
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.									
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.									
Opinão									
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STVD Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.									
Outros assuntos									
Demonstração do valor adicionado									
Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.									
A Diretoria									
Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0									
Oscasco, 28 de fevereiro de 2014									
Marco Antonio Pontieri Contador CRC 1SP153659/O-0									



Itália: DNA na guerra contra a sujeira.

DNA de dejetos caninos deixados pelas ruas da cidade italiana de Nápoles agora são analisados e os donos multados em até 500 euros como punição

Jim Yardley
The New York Times

Problemas? Sim, reconheceu Tommaso Sodano, vice-prefeito de Nápoles, na Itália. As dívidas a pagar atingiram US\$ 2 bilhões. O Departamento de Polícia está sem dinheiro, o crime organizado opera com um estado sombra e lixeiras ilegais se espalham pelo que ainda é uma bela cidade portuária. Ah! E há também o que os cachorros deixam para trás nas calçadas.

É não é pouca coisa não. Porém, para surpresa de algumas pessoas (incluindo muitos napolitanos), a Prefeitura está tentando estabelecer uma reputação cívica inovadora ao posicionar Nápoles na vanguarda da erradicação de dejetos caninos. Coletando amostras de DNA. De cães.

"Sei que algumas pessoas acham isso engraçado", declarou Sodano, sorrindo, "que com todos os problemas da cidade, nós estamos focando em cocô de cachorro. Eu sei disso". Bem, sim, talvez seja um pouco engraçado.

Entretanto, outra coisa também parece ser verdade: para muitos napolitanos que precisam andar por suas calçadas, a iniciativa está longe de ser indesejada. No sofisticado bairro de Vomero, que está servindo de campo de testes para a campanha de limpeza, muitos moradores estão bastante satisfeitos – embora surpresos – por isso estar acontecendo em Nápoles.

"A ação parece mais alemã ou finlandesa do que italiana", afirmou Virpi Sihvonen, uma finlandesa que se mudou para Nápoles no final da década de 1980 após casar-se com um local. Pela manhã, segundo Sihvonen, ela costuma observar um homem soltando seus três cachorros nas ruas para que eles façam o que têm de fazer. Ele assobia, os cachorros voltam – e suas fezes são deixadas



Cidades do mundo inteiro já tentaram de tudo para se livrar da sujeira dos cães nas ruas. Em Nápoles, a prefeitura decidiu apelar para o DNA.

para trás. "E ele não é o único", acrescentou ela.

O problema é tão universal quanto as baratas, e aparentemente insolúvel. Possuir um cachorro urbano exige um equilíbrio entre amor e dever, e nem todos são zelosos quanto a limpar a sujeira após o passeio matinal.

Cidades já tentaram de tudo, de usar o serviço postal (um prefeito espanhol enviava os dejetos pelo correio aos donos dos cães), as vergonhas (algumas cidades divulgavam os nomes de donos transgressores) ou suborno (alguns parques na Cidade do México ofereciam Wi-Fi gratuito em troca de sacolas de fezes).

Nápoles optou pela Ciência e Tecnologia. A ideia é que cada cachorro na cidade faça um exame de sangue para perfil de DNA, visando criar um banco de dados de cachorros e donos. Quando um dejeito trans-

gressor for encontrado, ele será amostrado e enviado para um teste de DNA. Se houver correspondência no banco de dados, o dono sofrerá uma multa de até 500 euros.

A iniciativa pode parecer um pouco ambiciosa para Nápoles. Prédios e associações de condomínio nos EUA vêm usando programas similares, mas Nápoles representa uma população canina muito maior – mais de 80 mil cães.

Sodano e outros funcionários municipais estão confiantes no programa, apontando que uma campanha parecida vem tendo sucesso no ilha de Capri. Em Nápoles, a cam-

panha ainda está limitada a Vomero e o bairro adjacente de Arenella, e custa mais de US\$ 27 mil. Equipes de policiais e agentes de saúde iniciaram patrulhas conjuntas, em janeiro, para disseminar a conscientização sobre o programa e distribuir algumas multas.

Veterinário – No hospital veterinário da cidade, técnicos já coletaram o sangue de cerca de 200 cachorros, muitos deles acompanhados por donos que estavam chocados com o problema.

"Isso é nojento", afirmou a Dra. Maria Teresa Ceccarelli, que veio ao hospital com seu Labrador de cor champagne, Tommy. "Não vejo ninguém

passando com cachorros. Vejo apenas os resultados nas calçadas".

Certa manhã chuvosa, o capitão Enrico Del Gaudio, da Polícia Municipal, conduzia uma patrulha pela Via Luca Giordano, uma importante rua comercial de Vomero, onde vários moradores passeavam com seus cachorros antes do trabalho. Vestido à paisana com jeans e botas de caminhada, Del Gaudio é diplomático – ele descreve os dejetos caninos como "presenças" – e não vê nada de tolo na campanha. Na escola de seus filhos, ele é conhecido como o policial dos dejetos de cães. "Sou um herói", disse ele, rindo.

Ele estava especialmente orgulhoso da situação na Via Luca Giordano, impecável por várias quadras. Embora a cidade ainda esteja construindo seu banco de dados de DNA e não tenha começado a testar

dejetos, contou ele, o programa já está influenciando o comportamento público.

"Agora, quando ando pelas ruas, elas parecem bem mais asseadas", declarou Del Gaudio. "Antes, era como uma pista de obstáculos. Todo dia, uma criança chegava à escola com um presentinho na sola do sapato".

Mas uma caminhada aleatória pela Via Aniello Falcone, uma rua residencial local, revelou uma proliferação de presenças, incluindo algumas esmagadas por pedregalhas de pedestres sem sorte – evidências de que o trabalho de Del Gaudio apenas começou.

Daniele Minichini, de uma unidade independente da polícia, não está feliz com esse uso dos recursos policiais, especialmente em uma cidade que é a sede da máfia Camorra. Durante duas décadas, Minichini argumentou que o dinheiro deveria ser investido em melhores equipamentos ou até mesmo uniformes para os policiais. Segundo ele, Nápoles precisa aprimorar o sistema de esgotos, as ruas e outras partes da infraestrutura – e não focar no que os cachorros deixam para trás. Ele também previu que os custos de verdade aumentarão muito quando o programa for expandido a outras áreas da cidade.

Sodano disse que as preocupações com finanças e foco administrativo são compreensíveis, mas erradas. Segundo ele, funcionários municipais vêm tentando sair da dívida e abordar os maiores problemas da cidade. Todavia, ele afirmou que o programa de limpeza é uma chance de lembrar os cidadãos de que eles também têm responsabilidades.

"O principal objetivo é o respeito às regras", argumentou. Além disso, acrescentou, os grandes problemas da cidade não devem impedir que Nápoles faça as pequenas coisas que a mantêm linda. "Governar Nápoles, certamente, exige um lampejo de loucura".

Samuel Aranda/NYT



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP